



Os sentidos do território: o processo de apropriação territorial e turístico da Terra Indígena Coroa Vermelha pelos Pataxó

Los sentidos del territorio: el proceso de apropiación territorial y turística de la Terra Indígena Coroa Vermelha por los Pataxó

Sandro Campos Neves

Doutor em Antropologia, PPGA/UFBA. Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná, DETUR/UFPR, Brasil. **ORCID** <https://orcid.org/0000-0001-7405-515X>

Información del artículo

Recibido:
15/04/2025

Aceptado:
26/11/2025

Publicado:
03/12/2025

*Autor de correspondencia

sandrocamosneves@yahoo.com.br

Páginas:

064 - 079

<http://rperiplo.uaemex.mx/>

Resumo

O processo de apropriação do território por parte dos índios Pataxó de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabralia-BA, encarna diversas conjecturas teóricas dos campos da geografia, da antropologia e do turismo sobre a relação humana com o espaço vivido. A respeito da relação entre turismo, apropriação do espaço, constituição de territorialidade e produção de significado pretendeu-se, através do trabalho, demonstrar de que forma a dinâmica nova da atividade turística modificou ou reafirmou práticas de significação. O artigo trata de pesquisa etnográfica. Os resultados demonstram o modo como os Pataxó, antes de subsumidos pelo turismo, se apropriaram da experiência com a atividade de forma singular, produzindo novas relações de territorialidade perfeitamente consistentes com um sistema cosmológico indígena que a precedia. Assim, o trabalho pretende contribuir para uma reflexão a respeito do papel de povos tradicionais em relação ao turismo, relativizando certa retórica de dominação completa persistente em diversas outras abordagens e advogando a criatividade indígena diante das questões da contemporaneidade.

Palavras-chave:

Turismo, Território, Significado, Pataxó, Coroa Vermelha, Brasil.

Resumen

El proceso de apropiación del territorio por los indios Pataxó de Coroa Vermelha, municipio de Santa Cruz Cabralia-BA, encarna varias conjeturas teóricas de los campos de la geografía, de la antropología y del turismo sobre la relación humana con el espacio vivido. Respecto a la relación entre turismo, apropiación del espacio, constitución de territorialidad y producción de sentido, el objetivo de este trabajo fue demostrar cómo las nuevas dinámicas de la actividad turística modificaron o reafirmaron las prácticas de sentido. El artículo trata de investigación etnográfica. Los resultados demuestran cómo los Pataxó, antes de ser subsumidos por el turismo, se apropiaron de la experiencia de la actividad de un modo singular, produciendo nuevas relaciones de territorialidad perfectamente coherentes con un sistema cosmológico indígena que los precedió. Así, el trabajo pretende contribuir a una reflexión sobre el papel de los pueblos tradicionales en relación con el turismo, relativizando cierta retórica de dominación completa que persiste en varios otros enfoques y abogando por la creatividad indígena frente a las cuestiones contemporáneas.

Palabras clave:

Turismo, Territorio, Significado, Pataxó, Coroa Vermelha, Brasil.

DOI <https://doi.org/10.36677/elperiplo.v0i49.26199>

Introdução

A pesquisa de que trata este artigo foi elaborada a partir de uma metodologia etnográfica e inclui dados coletados de formas diversas ao longo dos últimos quinze anos. Assim, o tipo de pesquisa desenvolvida e que seguirá aqui relatada é a etnografia clássica à la Malinowski (1978) com a utilização da observação participante como instrumento primordial de obtenção dos dados.

O trabalho relata aspectos do processo de inclusão de um povo indígena brasileiro, o Pataxó, nas dinâmicas da atividade turística desenvolvida no entorno de seu território e que, gradativamente atinge e modifica a realidade indígena. Trata-se inicialmente de retratar a existência de dois fenômenos sociais discretos – o turismo e o modo de vida Pataxó – que se interpenetram de diversos modos. A abordagem escolhida para tratar a temática centra-se na perspectiva do território como elemento fundamental do modo de vida indígena e a reconfiguração de seus sentidos à luz da influência do fenômeno turístico. Procura se afastar, a partir daquilo que foi constatado na realidade empírica através do estudo etnográfico, das abordagens tradicionais que apelam a uma leitura a respeito do papel apenas colonizador da atividade turística. Tal opção é feita buscando-se tratar de outra realidade que se impõe, o gradual processo de apropriação pelo povo indígena da atividade turística e, conseqüentemente, sua transformação para termos que fazem sentido de acordo com a (cosmo)lógica Pataxó.

A aldeia de que trata o presente estudo, a de Coroa Vermelha, foi demarcada no ano de 1997, conjugando dois territórios, denominados Gleba A e B da demarcação e pertence ao povo Pataxó. Localizada no município de Santa Cruz Cabrália engloba uma porção de praia, a conhecida praia de Coroa Vermelha, e seu entorno, bem como uma porção de Mata Atlântica reflorestada denominada Reserva Pataxó da Jaqueira. Embora incluídas no município de Santa Cruz Cabrália, situam-se ambas nas proximidades da BR 367 que faz a ligação com o município de Porto Seguro. Deste modo estão, a praia e a aldeia indígena, incluídas em área extremamente turistizada.

Os Pataxó, conforme o laudo de identificação (Carvalho & Sampaio, 1992), foram habitantes pré-cabralinos da região, embora as referências indiquem que dominavam o território interior contíguo à região de praia. O laudo de identificação, bem como a documentação que o sustenta atestam, contudo, que os Pataxó desde os primeiros contatos, e provavelmente antes da chegada da colonização, realizavam incursões à região de praia em busca de alimentação e em disputa com os Tupi ocupantes da costa. Deste modo, parece bastante coerente considerar, sobretudo com a aniquilação Tupi na região, resultante da colonização, que sejam os habitantes mais antigos que restaram na região. Não é por outra razão que atualmente se apresentem como “os índios do descobrimento”, em um processo de reivindicação do legado territorial e simbólico Tupi na região.

A ocupação atual do território Pataxó se deu em um processo largamente descrito em Sampaio (1996) como resultado de um fluxo diaspórico da região do município de Caraíva-BA, a Aldeia de Barra Velha, na qual foram aldeados no século XIX junto com os Tupi restantes encontrados à época. Em função de eventos, também largamente descritos, ocorridos em 1951 (Kohler, s/d; Oliveira, 1985) que envolveram conflitos com a população local e com a polícia, bem como de eventos relacionados à sua expulsão da região do Parque de Monte Pascoal pelo IBDF, os Pataxó se espalharam por toda região incluindo chegada importante à região de Coroa Vermelha nos anos 1960.

Deste modo, os Pataxó ocupam a região de modo constante desde este período. De um lado, foram para lá empurrados pelos eventos supracitados e, de outro, atraídos pela função de entreposto comercial que a área já possuía, condição da qual se considerava ser possível obter vantagens no que se refere à subsistência indígena. A partir dos anos 1970, com a construção da BR 367 e o crescente processo de turistificação da região, a ocupação indígena começou a alcançar índices importantes, na medida em que se valorizou ainda mais a possibilidade de subsistência a partir de trocas comerciais com não indígenas. Se iniciava, à época, o gradativo processo de consolidação de Porto Seguro-BA como um dos importantes destinos turísticos de massa brasileiros.

Tal situação colocou os Pataxó, desde o início de seu processo de reocupação da área em estreito contato com o turismo. Gradualmente a atividade se tornou importante, senão essencial e prioritária para a subsistência indígena e objeto de cada vez maiores investimentos econômicos, políticos e simbólicos indígenas, na ocupação da região. Esse processo foi denominado de apropriação indígena do turismo, por se considerar que, antes de um processo de adaptação simples dos indígenas ao turismo - como movimento de seu processo de 'modernização' e eventual assimilação -, se tratava de um processo 'antropofágico' no qual os índios se apropriavam e transformavam o turismo para enquadrá-lo em sua visão de tradição e no modo de vida indígena (Neves, 2012).

O presente trabalho é resultante de uma abordagem etnográfica da situação empreendida desde as primeiras visitas em 2007, passando por um período mais intenso de pesquisa de campo entre 2009 e 2011 e seu prolongamento em visitas mais curtas até a atualidade. A pesquisa envolveu observação participante e entrevistas livres e semi-estruturadas com os Pataxó observando uma metodologia etnográfica tradicional com utilização de diário de campo. Foram realizados períodos mais intensivos de pesquisa de campo de duração de 6 meses nos anos de 2011 e 2012, bem como períodos de 2 meses em 2009 e 3 meses em 2010, bem como outras incursões de curta permanência em diversos outros períodos. Tal abordagem, consistiu em um sistemático aprofundamento da análise a respeito do processo de assessoramento indígena da atividade turística e de seu território. As conclusões a seguir apresentadas constituem uma abordagem de questões relativamente subsumidas em trabalhos anteriores sobre as quais é possível, no presente, deter maior atenção e empreender mais rigorosa análise. Trata-se de uma abordagem dos aspectos simbólicos que presidiram a apropriação do território, como processo de estabelecimento e afirmação de sentidos, e sua posterior subdivisão em relação ao turismo.

Tal subdivisão, elaborada no sistema de entendimento indígena de seu território, será a seguir analisada, buscando demonstrar a forma como se organizou o empreendimento turístico indígena na região. Considera-se que tal abordagem pode tanto colaborar no avanço do conhecimento a respeito dos processos de territorialização Pataxó, quanto na compreensão - dado ser esse um caso de exemplar sucesso no Brasil - da organização da atividade turística em Terras Indígenas. Espera-se demonstrar, ao cabo da análise, as inovações empreendidas pelos Pataxó em relação à apropriação do turismo e identificar nela traços que podem ser utilizados para uma maior compreensão do turismo em Terras Indígenas e, eventualmente, possam colaborar com o desenvolvimento da atividade para outros povos indígenas que, no presente, se tem arriscado em empreendimentos turísticos.

Turismo, Território e Territorialidade Indígena

As análises que discutem o conceito de território no campo do turismo são diversas e constituem contribuições de vários campos, com óbvio destaque para o da Geografia do Turismo. Constituídas largamente na esteira da noção de território tal qual articulada na obra de Milton Santos, as abordagens vão desde a concepção do turismo como fenômeno de consumo do espaço (Cruz, 2001a, 2001b), até as análises a respeito de relações de dominação que tem no território um marco simbólico (Cruz, 2001a), passando pelo estudo da paisagem como elemento fundamental do turismo (Yázigi, 2002).

Na bibliografia escrita por autores de fora do Brasil se encontram análises que ligam a territorialidade à competitividade dos destinos (Romão *et al.*, 2017; Alvarado-Sizzo, 2016) enfatizando a relação entre localização de empreendimentos e projetos de turismo e seu sucesso representado pelos fluxos de visitação alcançados. Estes mesmos estudos apontam para o fato de que o processo de turistificação dos locais se reflete em uma agenda positiva de políticas públicas para as áreas densamente turísticas, se configurando em maior cuidado de conservação e infraestrutural destas áreas. Dias e Cruz (2020) a partir de estudo na região do Rio Negro, Amazônia Brasileira, relatam que as relações entre indígenas e agentes turísticos ocasionam disputas de poder relacionadas à constituição do território. Proença e Netto (2022) demonstram, no entanto, que em determinados casos a gestão do território pode sair fortalecida como resultante de impactos positivos do turismo, sobretudo a geração de renda e reforço das tradições. Souza e Bispo (2022) demonstram a relevância da articulação em rede para o caso Pataxó em tela, demonstrando que a formação recente de rede de projetos comunitários, a integrar o projeto indígena, colaboram para o desenvolvimento da atividade no estado da Bahia a partir do conceito de etnoturismo.

Autores como Godoi (1998) já demonstraram que, para uma análise etnográfica, é fundamental perceber o modo como o território simboliza e substancializa relações sociopolíticas nas sociedades estudadas. Do mesmo modo, Rommens (2017) e Maza (2016) demonstram, sobre o caso Mapuche no Chile, que os processos de reapropriação indígena dos territórios, notórios na América do Sul - como advoga também o trabalho de Peredo *et al.* (2015) - são fundamentais para que os benefícios da atividade sejam adequadamente percebidos e usufruídos pelas comunidades.

De fato, os autores citados mencionam que o processo de turistificação, quando é resultante da apropriação indígena - que inclui o território como matriz fundamental - é instrumento de empoderamento de tais comunidades diante dos promotores da atividade, notoriamente o Estado, e de sua inclusão crescente na agenda de políticas públicas. Os autores destacam, conforme se procurará demonstrar no presente trabalho, que o processo de inclusão na agenda das políticas públicas, resultando do reposicionamento hierárquico indígena face à sua turistificação, não apenas resulta em mais políticas públicas de turismo, mas no incremento de preocupações com políticas para os povos indígenas de modo geral e com forte inclusão do aspecto que mais lhes interessa, o territorial.

Os conflitos de constituição do território, dados entre agentes turísticos e comunidades locais, comumente afetam de maneira decisiva grupos domésticos locais, implicando seus modos de substituir e preservar tradições (Arias, *et al.* 2022). Pacheco, Garcia e Castilho (2023) demonstram,

ainda, que os processos participativos apresentam elevado grau de êxito no que diz respeito ao desenvolvimento de comunidades indígenas na medida em que implementam ações ligadas à identidade, solidariedade e cooperação comunitárias. Para Gamboa *et.al.* (2019) os processos internos de desenvolvimento comunitário indígena encontram maior êxito na medida em que se estruturam com base em relações sociais internas que se articulam com redes de solidariedade externas.

De acordo com essas preocupações, na análise que segue se estará concentrado neste papel exercido pelo território definido e território imaginado pelos Pataxó na construção de suas relações sociais e no processo de sua apropriação do turismo. Importa destacar que Grunewald (2015) chama atenção para o fato de que no desenvolvimento turístico observado no território Pataxó subsistem lógicas coloniais e pós-coloniais, sendo verificadas tanto práticas de dominação e exploração quanto de conflito e negociação. De tal forma, trata-se de uma realidade rica em processos de sociação diversos.

A abordagem da territorialidade indígena aqui é tributária das análises de Rolnik (1989), Goldman (2001) e Silva (2004) a respeito da construção de territorialidades negras. Influenciados pela obra de Deleuze e Guattari (2004), tais autores constituem uma teoria das territorialidades que aborda sobretudo por seus aspectos subjetivantes. A territorialidade é enxergada como evento coletivo de estabelecimento de relação de determinado grupo ou sociedade com o espaço e sua apropriação, mas também pela via das subjetividades que são acrescentadas nesse processo de significação. Assim, os processos individuais de apropriação do espaço pelos diversos sujeitos são progressivamente acrescentados às cogitações coletivas sobre o território consubstanciando a apropriação do espaço.

Obviamente, uma abordagem deste tipo não poderia deixar de considerar, de outro lado, a contribuição da etnologia indígena à discussão de territorialidade. Utiliza-se o conceito de situação colonial de Oliveira (1998), para compreender o processo histórico em que está inserida a apropriação Pataxó do território que ocupa e as relações entre a Terra Indígena efetivamente demarcada e a espacialidade subjetivamente definida pelos Pataxó na concepção de um território a que se tem o direito de ocupar. O autor afirma que:

[...] a atribuição a uma sociedade de uma base territorial fixa se constitui em um ponto-chave para a apreensão das mudanças por que ela passa, isso afetando profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação de suas manifestações culturais. Nesse sentido, a noção de *territorialização* é definida como um *processo de reorganização social* que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (Oliveira, *Op. Cit.*: 54-55)

Deste modo, a territorialidade indígena está inextricavelmente associada à expressão cultural do que se denomina de suas tradições. Isto é, o modo como a cosmologia indígena se expressa tem uma relação fundamental com sua base territorial e, na mesma medida, é colocada em jogo quando, ao se apropriar do turismo, os índios definem espaços específicos para determinadas destinações relacionadas e não relacionadas com a atividade.

A territorialidade como expressão de sentidos

Pretende-se demonstrar a seguir de que forma a territorialidade como categoria do pensamento Pataxó articula sentidos relevantes para o modo de vida local. Considera-se que esta categoria é um importante instrumento para a expressão de sentido, articulando práticas de significação que relacionam sujeitos, lugares e práticas no cotidiano. Sugere-se que tal conjunto de idéias e práticas que será relatado se aplica ao conjunto territorial Pataxó na região.

Um dos elementos fundantes da definição Pataxó de sua própria etnicidade se articula desde o início com a questão territorial. Para os indígenas a questão sobre quem é ou não Pataxó se define, majoritariamente, pela capacidade de remontar sua própria ascendência até alcançar o pertencimento territorial à aldeia de Barra Velha. Dito de outro modo, 'ter seus velhos' oriundos de Barra Velha é quase sempre critério suficiente para reivindicar a indianidade Pataxó. Tal categoria de entendimento por si mesma seria relevante para compreender a etnicidade Pataxó independentemente de seu efetivo rigor. Contudo, o que a pesquisa de campo demonstra é que há extremo rigor entre a afirmação e a realidade empírica.

No contexto dessa pesquisa foram entrevistados Grupos Domésticos (doravante GD's) de unidades familiares compostas por ao menos um casal e seus descendentes. Foram entrevistadas 31 famílias correspondentes a este perfil em toda a região da aldeia de Coroa Vermelha. Deste total 29 famílias afirmaram e foram capazes de remontar sua ascendência até os parentes originários de Barra Velha. Em todos estes casos, o parente mais velho oriundo de Barra Velha era algum dos pais do casal ou seus avós. Estavam, portanto, na faixa dos 30 aos 60 anos, indicando uma fixação relativamente recente das famílias entrevistadas na região. De fato, é possível datar aproximadamente a chegada dos Pataxó à área nos anos 1960, como demonstra a literatura citada. De tal forma, pode-se afirmar que das famílias entrevistadas a maioria absoluta está a no máximo 4 gerações na aldeia de Coroa Vermelha.

De forma a continuar a relatar a relação existente entre a territorialidade Pataxó e a produção de sentido seria relevante destacar alguns elementos da teoria sobre território. De acordo com Fernandes (2005: p.2), território pode ser definido como:

[...] o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades.

De tal modo, a teoria sobre território, como constantemente se propõe no campo de saber geográfico, se apresenta como espaço de conflito e, ao mesmo tempo, ou exatamente por isso, de institucionalidade. Ainda que aqui se busque encarar a territorialidade de modo mais processual, há que se confrontar, em um primeiro momento, com o contexto em que a institucionalidade jurídica brasileira estabelece a delimitação do território Pataxó, a demarcação da Terra Indígena em 1996. Este movimento de poder centralizado – embora resultante de ampla reivindicação indígena e, portanto, relacionado ao conflito pela posse da terra na sociedade brasileira – ainda que burocrático

fornece uma espécie de direito de trânsito e posse indígena reconhecido pelo Estado e, espera-se pela sociedade regional. No entanto, para avançar no sentido proposto até aqui é necessário remeter à idéia de poder em Foucault (1979), como conjunto de ações e relações no contexto microssocial através das quais se exerce o poder.

A partir dessa idéia se procederá uma aproximação à categoria de receptividades aludida, isto é, a força das pequenas coerções, convencimentos e aproximações promovidas nas relações sociais que inclinam os indivíduos à obediência e subordinação a determinadas regras. A visão processual do poder não mais como exercido por um Estado monolítico ou por alguma instituição, mas como fruto das relações cotidianas entre grupos sociais que coabitam determinado território.

Tal noção, apresentada por Fernandes (*Ibid*) e tributária de Milton Santos (1996) e Claude Raffestin (1993), aproximaria a noção de territorialidade, se aplicada ao caso Pataxó, a uma resultante de relações. Um conjunto de pequenas coerções, inclinações, relações e subjetivações processadas entre indígenas, habitantes regionais não-indígenas, agentes do poder público e diversos outros atores sociais. Assim, se deseja apontar a seguir para o fato de que a institucionalidade, embora tenha relevância para a construção da territorialidade, no caso da socialidade Pataxó está subsumida pela constelação das relações pessoais internas e externas ao grupo, portanto, a receptividade e as conflitualidades mencionadas por Fernandes (*Ibid*).

Fernandes (Op.Cit. p. 5) afirma que o processo de territorialização como estabilização de categorias associadas ao poder e ao território em categorias de pensamento sobre o social são resultantes da "expansão do território, contínuo ou ininterrupto". Para o autor:

[...] a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas. Existem dois tipos de territorialidade, a local e a deslocada, que podem acontecer simultaneamente. A territorialidade local pode ser simples ou múltipla, depende dos usos que as relações mantenedoras fazem do território. Um exemplo de territorialidade local simples é um hospital, cujo espaço é utilizado unicamente para seu fim próprio. Exemplos de territorialidade local múltipla são os usos dos territórios em diferentes momentos. O uso múltiplo de um mesmo território explicita a sua territorialidade. Uma rua pode ser utilizada com o tráfego de veículos, para o lazer nos finais de semana e com a feira livre acontecendo um dia por semana.

A partir de tais orientações teóricas se procederá a seguir a uma análise do processo de apropriação do território da aldeia de Coroa Vermelha. Observa-se que, neste caso, se relata uma territorialidade múltipla, na qual as receptividades e conflitualidades irão se dar entre agentes diversos indígenas e não indígenas articulados em uma determinada cronologia, com um certo sentido histórico local, mas também em tramas de relações que atravessam gerações para articular os sentidos da etnicidade Pataxó e também do pertencimento ao território que agora se domina oficialmente, mas também se compartilha e disputa socialmente.

A Coroa Vermelha Comercial

O primeiro ponto a se discutir para avançar na compreensão da territorialidade é a maneira como se constituiu a idéia de uma vocação comercial da aldeia de Coroa Vermelha e como tal concepção é instrumentalizada para funcionar turisticamente. Novamente se deve-se atentar aqui para o processo de atribuição e fixação dos significados.

A narrativa indígena sobre a ocupação inicial de Coroa Vermelha remete sempre à idéia do papel que a área tinha como entreposto comercial. Essa narrativa situa a ocupação no fim dos anos 1960 e início dos 1970. Contudo, existem muitas razões tanto documentais quanto testemunhais para acreditar que a ocupação dessa área por indígenas Pataxó seja mesmo anterior. Na pesquisa de campo foi possível ouvir o Sr. Manoel Siriri, indígena Pataxó que afirma sua presença no território desde antes dos anos 1970, sem uma definição de data exata, mas anterior à narrativa da chegada em 1971 do Itambé, tido como o primeiro Pataxó a ocupar a área. O relato dá conta de que Manoel teria vivido na área empregando-se em fazendas e que não teria ocupado a faixa mais contígua ao mar por “não ter precisão de chegar à praia”. O testemunho de Manoel Siriri é fortemente corroborado por indícios presentes na literatura que trata da ocupação inicial Pataxó na área (Carvalho & Sampaio, 1992; Sampaio, 1996).

A despeito deste aspecto documentado da presença anterior a narrativa indígena articula o sentido a partir da chegada em 1970 do Itambé à região de praia da Coroa Vermelha. Esse é o nexos consolidador na narrativa indígena ao qual se retorna para reafirmar a presença e o regime de direitos. Especula-se que esse nexos da narrativa é mais importante para a territorialidade indígena do que o relato, ainda anterior, de Manoel Siriri por ser, a narrativa de Itambé, mais apropriada ao sentido que se constrói. Assim, Itambé chega à área e se estabelece como comerciante e não como funcionário agrícola em fazendas. Itambé, segundo sua própria narrativa, também registrada na literatura e documentação oficial, se estabelece como comerciante de víveres, passando em seguida a comercializar o artesanato. Tal teria se dado por ter constatado o aumento de fluxo turístico e o interesse dos turistas pelos indígenas e pelo artesanato.

A narrativa afirma também que Itambé teria sido um promotor do fluxo indígena ao atrair seus parentes e outros indígenas para área. Tal atração se baseou fortemente na prosperidade afirmada por e percebida em Itambé. Desse período surge outro elemento que se acredita ditar a preferência indígena pela narrativa original da chegada do Itambé como primeiro Pataxó na região. Itambé funcionava, àquela época, como a grande liderança e, segundo sua narrativa distribuía as famílias pelo território, orientando sobre os melhores lugares para viver e trabalhar. Novamente, o relato apresentado em entrevista por Itambé, é corroborado por bibliografia e documentos dos quais os notadamente mais importantes são os citados Carvalho e Sampaio (1992) e Sampaio (1996). De tal forma, se poderia afirmar que a narrativa indígena alude à conformação do território a partir das redes de parentesco.

Seria importante, neste ponto, afirmar algo sobre a preferência pela narrativa de Itambé a de Manoel Siriri sobre a ocupação inicial da área. Tal preferência, consistentemente presente nos discursos dos diversos indígenas e GD's entrevistados que, na prática, sublimam a narrativa de Manoel Siriri parece ter como sustentáculo ao menos duas razões. A primeira é que a chegada de Itambé se liga

com a vocação comercial – e posteriormente turística – da área, isto é, Itambé seria uma espécie de inaugurador da tradição comercial Pataxó em Coroa Vermelha. A segunda é que Itambé foi promotor do fluxo indígena, tendo trazido primeiro os próprios familiares, depois amigos e conhecidos mais próximos. Deste modo, teria colaborado para consolidar a apropriação do território baseada no parentesco, imprimindo ali uma marca do pertencimento Pataxó. Poder-se-ia, ainda, especular que a narrativa de Itambé é mais autônoma e ao mesmo tempo próspera, o aproximando do modelo de *self made man*, tão caro às narrativas iniciáticas.

A relevância da presença do Itambé no processo de ocupação da aldeia de Coroa Vermelha teve repercussões na política. O próprio Itambé foi durante muito tempo cacique da aldeia e é bastante comum que membros de sua família estejam entre as principais lideranças indígenas da região. Em sua loja, no centro de artesanato indígena da Coroa Vermelha, o próprio Itambé exibe as insignias de sua posição política – fotos suas e de familiares em importantes eventos relacionados ao movimento indígena tais como a demarcação da área, encontros com políticos, entre outros.

A esse respeito, Sampaio (1996:12) comenta:

Assim, à família de Itambé logo se seguiram as de Zé Lapa e de Francisco Alves da Silva (Rogedo *et al*, *Op. Cit.*), o “Chico Branco”, que, ao longo das duas décadas seguintes, viria a dividir com Itambé a liderança política e econômica da comunidade emergente, tornando-se o principal agenciador do estabelecimento nela de novos contingentes indígenas e do florescente comércio de artesanato.

Como consequência de tais feitos a família alcançou também importantes postos comerciais no processo de territorial da Coroa Vermelha. A maioria dos membros de sua família vive ao redor do chamado Parque Indígena, um conjunto composto pelo centro de artesanato indígena, um estacionamento e a cruz do descobrimento. Essa localização privilegiada é, obviamente, oriunda do próprio processo de ocupação inicial da área, mas termina por reiterar a relevância política, na medida em que se situa ao redor destes importantes marcos de forma incontestada, como se fosse um direito adquirido.

De todos estes dados emerge um primeiro ponto de análise do sentido da organização territorial. Assim, a vocação comercial da área de Coroa Vermelha, e seu consequente aproveitamento turístico, aparecem para os indígenas como algo natural. Essa percepção é muito distante do entendimento regional, e do senso comum, que muitas vezes associa os pares indígenas-atraso e turismo-modernidade para manifestar a estranheza com a participação dos Pataxó no turismo desenvolvido na região.

A naturalidade com a qual os indígenas tratam sua inserção no turismo advém da percepção de que a região sempre fora para eles estratégica para o comércio, sendo o turismo um mero desenvolvimento dessa vocação. Esse foi o sentido que presidiu sua ocupação e que continua a operar a organização da área. Basta notar o processo de distribuição das lojas no centro de artesanato indígena para notar a relevância dos processos narrados até aqui.

O centro de artesanato foi reformado pelo governo do estado da Bahia no ano de 2000 para as comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil. O processo de distribuição das lojas teve como referência a ocupação anterior da área de praia, contudo, como não havia precedentes da estrutura montada, não havia necessariamente uma disposição a ser seguida, apenas uma lógica. Tal lógica privilegiou, na ocupação dos espaços de maior visibilidade e circulação, os grupos familiares que ocuparam primeiro a área. Se não houvesse uma relação entre o processo de territorialização e a questão comercial/turística a criação do novo centro de artesanato poderia ser um marco zero na distribuição das lojas. No entanto, o que se verificou foi o ordenamento a partir da lógica relacionada à territorialização da aldeia.

O processo descrito não apresenta diferença significativa de outros processos, indígenas ou não, de distribuição de recursos. As alternativas existentes e as escolhas realizadas nada possuem que enseje estranhamento. O fator a se atentar aqui é para o critério escolhido, isto é a preponderância territorial em associação com a preponderância política de grupos de parentela. O fato de que a escolha tenha sido por este critério e não por qualquer outro possível é que corrobora com o que se deseja argumentar em relação à utilização da territorialidade como gramática para as ações no âmbito econômico e, neste caso, turístico.

Autores como Moraes et.al. (2020) demonstram que as associações comunitárias são fundamentais no contexto do turismo comunitário para rastrear e estabelecer as conexões possíveis entre os elementos na rede de relações. Contudo, no caso em tela importa destacar que a associação indígena surge formalmente em etapa muito posterior à consolidação do processo de turistificação. Sugere-se, entretanto, que ao analisar o processo de constituição do território a partir de redes de parentesco se esteja mesmo identificando as origens de tal associação. Assim, a organização turística do território simboliza diversos aspectos da dinâmica de territorialização, tais como a preponderância das relações familiares na ocupação inicial da aldeia, as consequências políticas dessa relevância e os efeitos econômicos na distribuição de vantagens na arena comercial/turística.

A Reserva da Jaqueira como turismo “fora da aldeia”

Como se afirmou anteriormente pretende-se demonstrar que as dinâmicas relativas ao parentesco presidem a territorialidade Pataxó em Coroa Vermelha e são utilizadas para exprimir sentido. Tal empreendimento pode ser auxiliado por um exame do processo de composição da chamada Reserva da Jaqueira e seu status na organização turística da aldeia. A Reserva da Jaqueira, gleba da demarcação da TI Coroa Vermelha, foi o local escolhido para o desenvolvimento de um primeiro projeto turístico Pataxó. Trata-se de uma área em que se concebeu a proposta de recepção de turistas em um espaço no qual lhe seriam demonstrados diversos aspectos da cultura indígena. Esses elementos seriam diversos, inclusive, daquilo que se pode ver visitando a área de praia, a cruz do descobrimento e o centro de artesanato indígena.

A proposta é que na Jaqueira o turista pudesse fazer contato com dimensões como os rituais e a espiritualidade Pataxó, bem como algumas práticas tradicionais. Tais práticas não são apresentadas na experiência turística em Coroa Vermelha, na justificativa de muitos indígenas, por serem

elementos do domínio privado, executadas na intimidade domiciliar ou espaços adequados. Entre os requisitos para a percepção de espaço adequado está justamente a proteção de olhares curiosos dos não-indígenas. Contudo, os Pataxó rapidamente perceberam que os turistas desejavam conhecer tais aspectos e a Reserva da Jaqueira foi pensada como experiência turística para suprir essa demanda. Obviamente a razão da ser da área não é apenas turística.

De fato, nos relatos dos desencadeadores do chamado Projeto Jaqueira de Ecoturismo, a demanda pela demarcação da área tinha relação com uma vivência mais relacionada 'à mata' e ao exercício de atividades tradicionais a ela associadas, como a espiritualidade. Ao mesmo tempo, havia preocupação com a proteção ambiental do espaço. Assim, a idéia de exploração turística do espaço surgiu como uma forma de aportar renda aos ocupantes da área, ensinar a preservação ambiental ou evitar o desmatamento e, ao mesmo tempo, preservar o exercício das práticas tradicionais.

A parte mais interessante, contudo, dos relatos sobre o espaço são as narrativas que dão conta de que o Projeto Jaqueira tinha o benefício de desenvolver a atividade turística 'fora da aldeia'. Essa idéia a princípio soava estranha, na medida em que a área fazia parte oficialmente da demarcação da Terra Indígena. Ao interrogar a questão um relato de participante do projeto e ocupante inicial da Reserva da Jaqueira ajuda a esclarecer.

"A Reserva da Jaqueira é uma forma de fazer o turismo dentro da aldeia, mas fora da aldeia, porque fica num lugar afastado das casas. Assim, o turista não tem como chegar dentro de sua casa para olhar o que ele quiser. Ele fica mais afastado e nós temos mais tranquilidade."

O relato, a expressar o incômodo com o cotidiano agitado da área turística, é raro, pois apesar da óbvia invasão da privacidade das famílias, poucas são as queixas ao turismo ou ao turista. A presença do turista quando não é diretamente desejada – como esperança econômica e insígnia da relevância cultural – no centro de artesanato ou na Reserva da Jaqueira é, ao menos, suportada, vista como mal necessário. Apesar de este relato ser de certo modo destoante daqueles dos iniciadores do projeto, estes últimos admitem, ao menos, ser essa uma consequência agradável de seu desenvolvimento. Assim, junta-se aqui, mais um sentido territorial a orientar o turismo, a ocupação residencial e a ocupação turística, embora imbricadas, devem ser afastadas para benefício do modo de vida Pataxó.

Outro elemento importante relacionado à idéia de turismo fora da aldeia na Reserva da Jaqueira é relacionado ao modo de participação indígena na atividade. O projeto foi idealizado por três irmãs e sustentado no início por suas famílias. As três mulheres são aparentadas de uma liderança indígena que chegou a ser cacique da aldeia Coroa Vermelha. Tal liderança, o Karajá, é um elemento importante na história do processo de ocupação e conquista do território, tendo sido homenageado inclusive com a utilização de seu nome para designar um bairro da TI Coroa Vermelha. Novamente encontra-se aqui nexos entre territorialidade, exercício de chefia política e atividade comercial/turística. O fato notável é que mesmo muitas décadas depois de seu início no fim dos anos 1990, o projeto continua presidido e sustentado basicamente por essas famílias e mais alguns agregados recentes, sempre em relação de parentesco extenso.

Na perspectiva das lideranças do projeto este não geraria renda suficiente para agregar mais indígenas. Existe, contudo, desejo relatado e percebido de vários indígenas em participar do projeto, mas se reconhece a hegemonia e respeita-se a liderança das famílias idealizadoras. Este respeito, contudo, não isenta do ressentimento de muitos pela não inclusão ou participação. Este sentimento é mitigado por ações como a instalação da escola indígena na área para atender as crianças da aldeia inteira, bem como ações festivas e rituais que integram os diversos indígenas ao espaço. Contudo, essa percepção apresenta-se como uma crise para a ocupação do espaço, uma vez que o argumento que o sustenta seria o de que ele serve à preservação das tradições Pataxó, argumento conflitivo com a restrição de participação.

Sobre esse aspecto importa notar que Rommens (2017 p.80), a respeito dos Mapuche no Chile, chega a conclusões semelhantes a respeito de, por um lado, uma divisão econômica entre porções da população que usufruem ou não da atividade turística e, por outro, do fato de ser esse um reflexo de um processo de apropriação parcial do território, redirecionada levando em consideração os efeitos da atividade turística. Obviamente, nem no caso em tela, dos Pataxó, nem nos casos estudados na bibliografia – dos Mapuche (Rommens, 2017; Maza 2016), dos Kapawi / Achuar no Equador (Perede Et. Al 2015) ou dos Bawaka na Austrália (Lloyd Et. Al, 2015) – se pressupõe ou mesmo conclui após análise dos dados, que o direcionamento turístico seja preponderante como fator de territorialização indígena. Para os Pataxó, como de resto para os povos estudados e aludidos nos trabalhos de outros pesquisadores, a questão fundamental é o território e seu significado sócio-cosmo-político. Entretanto, o turismo passa, dado seu grau de importância política frente aos Estados Nacionais, como verificado no caso Pataxó e outros, a ser um fator a se levar em conta no processo de apropriação do território.

Assim, espera-se que seja passível de observação e compreensão ao menos duas teorizações sobre as relações entre territorialidade e parentesco no caso da Reserva da Jaqueira entre os Pataxó. A primeira delas se refere ao fato de que as relações de parentesco tenham presidido a organização dos processos produtivos no contexto turístico. A atividade turística – tal como a artesanal, agrícola ou pesqueira – se mostra organizada, entre os Pataxó, a partir da ação de um grupo familiar. Surgida, no caso, com a perspectiva coletiva da preservação da cultura e tradição Pataxó em Coroa Vermelha, a Reserva da Jaqueira parecia ter como pressuposto a distribuição equitativa dos benefícios. Contudo, este fato não se efetiva na prática e a justificativa apresentada por seus idealizadores apela à dimensão do projeto e insuficiência de recursos financeiros.

Observa-se, ao contrário, uma apropriação desigual do território que culmina em um sentimento de frustração e até mesmo mágoa, mitigado por ações de coletivização da área. Contudo, tais sentimentos não ensejaram até o momento qualquer indício de rebelião ou tentativa mais profunda de divisão ou reorganização. A isso atribui-se a segunda teorização relevante, a de que, novamente, as relações de parentesco interferem no processo de administração do conflito resultante das dinâmicas de territorialização. No caso, a preponderância política do grupo familiar que preside a ocupação da área e a organização da Reserva da Jaqueira têm o efeito de harmonizar o conflito. Novamente, aqui, aparece a idéia de que o direito de ocupação é adquirido como resultantes das relações políticas ensejadas pelo processo de ocupação do território.

Conclusões

O presente estudo tratou de analisar a apropriação da atividade turística pelo povo indígena Pataxó da atividade turística. Por razões históricas, geográficas e sociais, que se apontou ao longo do trabalho, a atividade turística permeou de maneira decisiva a vivência indígena na região e a constituição de seu território. Entretanto, a abordagem escolhida para retratar esse fenômeno, presidida pela realidade empírica observada, foi a de buscar descrever os dois fatos sociais – a configuração da atividade turística e a reconfiguração da territorialidade indígena – como fenômenos sociais que se interpenetram de maneiras distintas. Os dados conduziram a uma análise que busca se afastar da interpretação a respeito do caráter excessivamente colonizador da atividade turística em prol de uma interpretação a respeito do processo de apropriação, transformação e ressignificação da atividade à luz da cosmologia Pataxó.

O que se espera haver demonstrado, ao longo da análise, é a forma com as dinâmicas de apropriação do território são fundamentais para a concatenação não apenas da atividade turística, mas do modo de vida e do processo de apropriação das comunidades que se relacionam com a atividade. A partir do estudo da situação dos Pataxó de Coroa Vermelha, o que se buscou demonstrar foi o modo como foram definidas funcionalidades e destinações a porções do território Pataxó em estreita relação com a atividade turística e levando em consideração a presença dos turistas como encarnação da alteridade máxima e exótica.

Na medida em que os Pataxó definem, por diversos mecanismos de controle de fluxo, quais as áreas que devem ser mais utilizadas e menos utilizadas pelos turistas e agentes diversos de turismo eles não apenas organizam a atividade turística em seu território, mas dão sentido ao território em uma relação dinâmica com o turismo. Contudo, se espera haver demonstrado que, diferente daquilo que relata parte da bibliografia, o turismo aqui não se constituiu apenas de um processo colonial de dominação de um povo sujeitado pelas dinâmicas econômicas. Pelo contrário, se tratou, em grande medida, de um processo em que se protagoniza uma forte resistência à colonização turística pela via da inventividade indígena. Os Pataxó, na interpretação da experiência etnográfica proposta, protagonizam o que se defende ser um processo de apropriação do turismo, uma prática na qual ao se apropriar do objeto exógeno que lhes bate a porta – o turismo – o transformam para que adquira consistência à luz da cosmologia indígena.

Trata-se não apenas de retomar a noção da consistência lógica das estruturas e sistemas socioculturais, mas de demonstrar os processos de subjetivação que lhe dão causa. Espera-se ter tido a ocasião de demonstrar que existiram diversas contribuições de subjetividades diferentes para o processo de conformação de uma subjetividade coletiva que organiza, divide, alinha e rearticula o território a partir das dinâmicas de territorialização. Acredita-se que tal prática só pode se dar como um jogo coletivo. Ainda que se tenha sublinhado, aqui e ali, eventuais individualidades, se o fez como demonstração da forma como compreende-se a construção da dinâmica coletiva. Entretanto, processos sociais como os de territorialização precisam necessariamente se dar como práticas de uma coletividade que, através do próprio processo de invenção de seu território, se reafirmam e reconstituem em um coletivo que se possa denominar de povo.

Finalmente esperou-se demonstrar que, em casos como o dos Pataxó, de povos fixados em áreas extremamente turistizadas, o turismo nem sempre precisa ou é capaz de funcionar apenas como instrumento de supressão colonial. A partir do protagonismo e inventividade das populações locais o turismo pode ser apropriado e transformado em uma prática renovadora da socialidade local, bastando para isso que existam determinadas condições de empoderamento da sociedade local para tomar decisões estratégicas não apenas a respeito do turismo, mas a respeito da forma como ele afetará suas vidas. Obviamente, no caso Pataxó e em diversos outros, tal empoderamento não foi ou é concedido, mas conquistado a duras penas e com consequências que marcam fundamentalmente existências individuais e coletivas.

Referências

- Alvarado-Sizzo, I. (2016). Territorial dynamics of cultural tourism in Izamal, Yucatan, Mexico. *GeoJournal*, 81, 1-16. <https://doi.org/10.1007/s10708-014-9605-1>
- Arias, F. E. O., Baltazar, E. B., Lugo, E. I. J. E., Lomeli, C. B. Z., & Hernández, O. B. H. (2022). Grupo doméstico, territorio y ecoturismo en la comunidad de Tziscaco: entre tensiones y conflictos. *El Periplo Sustentable*, 43, 396-428. <https://doi.org/10.36677/elperiplo.v0i43.15139>
- Carvalho, M. R. G., & Sampaio, J. A. L. (1992). *Parecer sobre o Estatuto Histórico-Legal das Áreas Indígenas Pataxó do Extremo Sul da Bahia*. Salvador, 20 p. <https://www.redalyc.org/pdf/881/88133268018.pdf>
- Cruz, N. G., & Sánchez, E. T. (2022). Conflictos por el espacio turístico en San José Manialtepec, Tututepec, Oaxaca, México. *Desacatos*, (70), 144-159. <https://doi.org/10.29340/70.2775>
- Cruz, R. C. (2001a). *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto.
- Cruz, R. C. (2001b). *Introdução à geografia do turismo*. São Paulo: Roca.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2004). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. I. São Paulo: Ed. 34.
- Dias, L. C. S., & Cruz, J. G. (2020). Territórios (Re)significados de comunidades indígenas em Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro - AM e a adoção do turismo como alternativa de renda. *Revista Turismo em Análise*, 31(2), 227-243. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v31i2p227-243>
- Fernandes, B. M. (2005) Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. En: *OSAL: Observatorio Social de América Latina*. 6 (16). Buenos Aires: CLACSO.

- Gamboa, M. N., et al. (2019). Participación comunitaria y turismo alternativo en zonas indígenas en el contexto mexicano: cuatro estudios de caso. *El Periplo Sustentable*, (36), 7-33. <https://doi.org/10.36677/elperiplo.v0i36.9081>
- Godoi, E. P. (1998). O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In E. P. Godoi & A. N. Niemeyer (Orgs.), *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos* (pp. 97-131). Campinas: Mercado de Letras.
- Goldman, M. (2001). Segmentaridades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus. *Mana*, 7(2), 57-93. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132001000200003>
- Grunewald, R. de A. (2015). Turismo na Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha: imperialismo e pós-colonialidade na região do Descobrimento do Brasil. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13(2), 411-424. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2015.13.028>
- Kohler, F. (s/d). Uma Gênese Pataxó: o massacre de 51. Recuperado de: https://memoriasulbahia.com.br/wpcontent/uploads/tainacanitems/28520/30240/KOHLER-Florent_Cordel.pdf
- Lloyd, K., Suchet-Pearson, S., Wright, S., Tofa, M., Rowland, C., Burarrwanga, L., Ganambarr, R., Ganambarr, M., Ganambarr, B., & Maymuru, D. (2015). Transforming Tourists and "Culturalising Commerce": Indigenous Tourism at Bawaka in Northern Australia. *The International Indigenous Policy Journal*, 6(4). <https://doi.org/10.18584/iipj.2015.6.4.2>
- Malinowski, B. (1978). *Os Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural.
- Maza, F. (2016). State conceptions of indigenous tourism in Chile. *Annals of Tourism Research*, 56, 80-95. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2015.11.011>
- Moraes, E. A., Irving, M. A., Pedro, R. M. L. R., & Oliveira, E. (2020). Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: Novos caminhos investigativos no contexto brasileiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 122, 145-168. <https://doi.org/10.4000/rccs.10761>
- NEVES, S.C. (2012) A apropriação indígena do turismo: os Pataxó de Coroa Vermelha e a expressão da tradição. *Tese de Doutorado*. Salvador: UFBA/PPGA.
- Oliveira, C. V. (1985). *Barra Velha: O último refúgio*. Londrina. Recuperado de: <https://memoriasulbahia.com.br/repositorio-digital-memorias-do-sul-da-bahia/barra-velha-o-ultimo-refugio/>
- Oliveira, J. P. (1998). Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, 4(1), 47-77. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131998000100002>

- Pacheco, J. A. M., Garcia, L. V. A., & Castillo, F. A. G. (2023). Participación comunitaria e identidad en los proyectos de turismo en zonas indígenas en el estado de Nayarit, México. *El Periplo Sustentable*, (44), 31-51. <https://doi.org/10.36677/elperiplo.v0i44.15470>
- Peredo, B., Ordóñez, A., & Belohrad, V. (2015). Past and Present Perspectives on Indigenous Tourism in the Pastaza Province of Ecuador: The Case of Kapawi. *The International Indigenous Policy Journal*, 6(4). <https://doi.org/10.18584/iipj.2015.6.4.6>
- Proença, A. R. G. B., & Panosso Netto, A. (2022). Turismo em territórios indígenas: desenvolvimento e impacto sociocultural na Comunidade Indígena Nova Esperança "Pisasú Sarusawa" (Rio Cuieiras - Amazonas). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 16, 1-22. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2408>
- Raffestin, C., & Santana, O. M. G. (1993). *Por uma geografia do poder*. Rio de Janeiro: Ática.
- Rolnik, R. (1989). Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade de São Paulo e no Rio de Janeiro). *Estudos Afro-Asiáticos*, (16), 5-20.
- Romão, J., Guerreiro, J., & Rodrigues, P. M. M. (2017). Territory and Sustainable Tourism Development: a Space-Time Analysis on European Regions. *REGION*, 4(3), 1-17. <https://doi.org/10.18335/region.v4i3.142>
- Rommens, D. (2017). Living the territoriality: Mapuche tourism and development. *CUHSO - Cultura - Hombre - Sociedad*, 27(1), 71-90. <https://doi.org/10.7770/cuhso-v27n1-art1134>
- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Sampaio, J. A. L. (1996). "Sob o signo da cruz." *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Pataxó de Coroa Vermelha*. Salvador.
- Silva, A. C. C. (2004). Agenciamentos Coletivos, Territórios Existenciais e Capturas. Uma Etnografia de Movimentos Negros em Ilhéus. *Tese de Doutorado*, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro.
- Souza, A. A., & Bispo, A. S. (2022). Turismo de Base Comunitária Indígena na Bahia: desafios e potencialidades. *Políticas Culturais em Revista*, 15(2), 37-57. <https://doi.org/10.9771/pcr.v15i2.49552>
- Yázigi, E. A. (2002). *Paisagem e Turismo*. São Paulo: Contexto.